**ATA Nº. 026/2017**

ATA DA 9ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2017 - 27/09/2017

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, às oito horas e quarenta minutos, reuniram-se no Plenário Luiz Mena no município de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso os vereadores: Alexandre Rodrigo Ribeiro Vieira, David Marques Silva, Edileusa Oliveira Ribeiro, Kátia Brambilla, Silvio Dutra da Silva, Valter Neves de Moura, Nonato Bernardo Duarte e Zilmar Assis de Lima, sob a Presidência do vereador Celso Henrique Batista da Silva. O Presidente abriu a nona Sessão Extraordinária em nome de Deus, agradece a presença de todos e solicita ao Vereador Valter que proceda a leitura do texto Bíblico e todos ouviram em pé. O Presidente passou para o Expediente do Dia, e tendo em vista os termos regimentais, bem como a análise da Ata nº 025/2017 da 16ª Sessão Ordinária já realizada pelos vereadores é posta em discussão, votação e aprovada por unanimidade. Na continuidade dos trabalhos o Presidente solicita ao Senhor Secretário que proceda a leitura da mensagem Justificativa do **Projeto de Lei Complementar nº. 010/2017 “INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO”**. Lido, posto em discussão é concedido a palavra a vereadora Kátia que solicita apoio para votação em regime de urgência urgentíssima e menciona que em reunião com Secretário Lourival, o mesmo fez uma demonstração de um comparativo de receitas, frisando ainda que se cada prefeito tivesse feito a atualização do código hoje não estaria tão defasado e as contribuições estariam em dia, há também no projeto as mudanças e o impacto financeiro para as pessoas que infelizmente não tem a prática de efetuar em dias os tributos, culturalmente não é uma prática costumeira da população em efetuar o pagamento das taxas, vereadora frisa ainda que munícipes que em seu bairro as taxas nem chegou em quinze por cento das taxas do IPTU e se utiliza de redes sociais para denegrir a administração, sendo que se o cidadão não contribui como que chegará o retorno em benfeitorias no seu bairro. Na sequência vereador Valter ressalta sobre a importância do projeto, é favorável que todos se conscientize a pagar o IPTU, mas é necessário verificar se não vão sangrar aquele que já paga, é necessário que não se repita o erros do passado como aconteceu, aprovando algo sem análise devido por questão de prazo, e depois ter que revogar nesse mandato quando deliberado o Refis, porque doe no bolso do contribuinte, a sonegação fiscal é monstruoso a arrecadação precisa melhorar no Setor de fiscalização da Prefeitura/Tributação, faz-se necessário fazer um concurso efetivando servidor para que a fiscalização realmente aconteça, que seja eficiente e efetiva para que o sonegador pague para melhorar a arrecadação e solicita baixar às comissões, pois há dúvidas no projeto, vereadora Kátia solicita uma parte que lhe é concedida e concorda com vereador Valter quando se fala em estudar com antecedência, pois quando foi cogitado a sessão extraordinária entrou em contato com o Presidente solicitando uma reunião na terça-feira para estudar o projeto, convocando a tributação para explicar as mudanças no projeto, é não foi possível devido a viagem do Presidente que preferiu que a reunião fosse na quarta-feira, ficou sem entender



porque que a sessão está acontecendo e não estão nesse momento estudando o projeto e que a sessão poderia ter sido no período da tarde. Vereador Valter ressalta que ainda dá tempo, convocando os vereadores para uma sessão extra amanhã, e que não tenha a presença só do setor da Tributação, mas que esteja presente um bom Contador para explicar a matéria, reforça o pedido em baixar às comissões. Vereador Silvio por sua vez menciona que o Executivo enviou o projeto a essa Casa com curto prazo para deliberação da matéria, uma vez que na mensagem justificativa do projeto ressalta sobre o prazo em que deverá ser aprovado até dia dois de outubro, vereador considera uma ofensa a essa Casa, tendo em vista a importância do Código tributário, é necessário terem conhecimento do que está sendo alterado, tiveram assim apenas quatro dias úteis para estudar o projeto, solicita assim baixar as comissões convidar equipe técnica da prefeitura entendida, evitando assim futuramente questionamentos no município em aprovar algo sem saber o teor da proposição, é preciso ter conhecimento do que está sendo aprovado. O Presidente ressalta sobre a importância em baixar às comissões. Na sequência o vereador Zilmar acompanha a solicitação da vereadora Kátia em votação em regime de urgência urgentíssima, pois prazo para um projeto dessa natureza é de um ano de antecedência, menciona ainda que o prazo para discussão era ontem, vereador faz ainda um comparativo do município de Matupá que arrecada muito mais com um número de municípios menor que de Guarantã. Vereador David, menciona que seria interessante ter estudado o referido projeto no dia ou no outro tipo dia vinte três, frisa que em vinte e quatro horas daria pra fazer uma extraordinária, mas acredita que o Executivo fez de uma forma hábil e boa para a população que vem de encontro com as necessidades, vereador “acha que é bom” dar esse aval ao Executivo pelo trabalho de excelência que vem desenvolvendo, ressalta ainda que não é o momento de discutir erros, pois deveriam sim o Executivo ter enviado com antecedência, e um erro não justifica o outro. Na sequência vereador Valter solicita uma parte e lhe é concedida, e em seu pronunciamento menciona que o Executivo envia a essa Casa os projetos na quinta-feira que antecede a sessão já quase no final do expediente, restando a redação só a sexta-feira para agilizar a documentação, que é demorada, então quem está perdendo o prazo é o Executivo, uma vez que o Executivo pode ter prazo e que a Câmara também trabalha em cima de prazos. Vereador David solicita uma parte, é concedida e ressalta que justamente isso questionou o Executivo que seria interessante quando se tratar de matéria de grande relevância encaminha aos vereadores em pdf que tenham tempo suficiente para estudar. Vereador Alexandre por sua vez indaga se é legal, essa prática encaminha aos vereadores antes de protocolar na Câmara, pois assim darão agilidade nos estudos das matérias, vereador Alexandre questiona se alguém foi convidado para uma reunião hoje de manhã, vereadora Kátia faz uso da tribuna respondendo a indagação do vereador que menciona que não foi marcado reunião, foi só solicitado via telefone com o Presidente, que se fizesse reunião no dia de hoje de manhã com equipe técnica da prefeitura e realizasse sessão a tarde ou amanhã. Vereador Alexandre continua firme que teve vereador que recebeu convite da secretaria ou de outro setor para essa



reunião sim e não aconteceu, então acredita que chegou a ter um consenso, frisa que se teve uma reunião pré-agendada e não aconteceu houve ai então desinteresse por parte de alguém, resumindo vereador menciona que enquanto antes os projetos sejam disponibilizados aos vereadores melhor é para se decidir as matérias em plenário com tempo hábil para estudos das proposições evitando assim clima tenso para deliberação das matérias. Vereador Silvio é lhe concedido uma parte, menciona que se foi marcado uma reunião e não aconteceu e há tempo hábil para reunirem -se no período da tarde e marcar extraordinária para amanhã qual o temor e tremor em se baixar a comissão e ouvir a equipe técnica da prefeitura, considerando assim a importância do projeto reforça a solicitação em baixar a comissão. Vereador Alexandre menciona que nenhum momento em uso da sua fala quis pressionar ninguém em votar o projeto sem conhecimento, mas sim solicita que seja disponibilizado em tempo hábil para estudos e discussões com objetivo de terem conhecimento do que realmente há contido no projeto visando os benefícios para a população. É concedido a palavra ao vereador Nonato que solicita apoio para baixar as comissões, uma vez que estão discutindo sobre algo de extrema importância ao município, que não houve tempo suficiente para analisá-lo, vereador David solicita uma parte que lhe é concedida e menciona que analisou o projeto porque teve acesso através da internet, sabe das mudanças, inclusive tem um código tributário do passado em que pôde fazer comparações, mas não tem conhecimento técnico. Vereador Silvio solicita uma parte, indaga porque o Executivo não convida os vereadores para essas discussões antes das sessões, como participou em duas reuniões no início quando abriu diálogo com o Executivo. Vereador Nonato ressalta sobre a importância de entrar no bom senso e baixar as comissões. O pedido em regime de urgência urgentíssima é posto em votação e aprovado pela maioria, uma vez aprovado o Presidente consulta o Plenário se dispensa o parecer das Comissões competentes, aprovada a dispensa pela maioria o Projeto de Lei Complementar nº. 010/2017 é posto em votação, sendo aprovado pela maioria. O Presidente solicita ao Senhor Secretário que proceda a leitura da mensagem Justificativa do **Projeto de Lei Municipal nº. 100/2017 “DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**. Lido, posto em discussão é concedido a palavra ao vereador Zilmar que solicita apoio para votação em regime de urgência urgentíssima mediante a justificativa do projeto, na sequencia vereador Valter acompanha a solicitação do vereador Zilmar, menciona que encaminhou há um dois meses um Ofício ao presidente do FHETAB e ao Executivo solicitando informações se o Conselho estaria acompanhando e fiscalizando as obras aplicadas com o recurso do Fhetab e não teve respostas de nenhum, menciona que os Conselhos não só nessa administração mais tem uma prática de realizar as reuniões fechadas, sendo que deve ser de acesso público, solicita transparências nas ações, pois o interior da respaldo ao Executivo e o Executivo não dá respaldo ao interior, solicita respeito com o vereadores nas solicitações. Presidente reforça a solicitação em votação em regime de urgência, e menciona que as secretarias de Infraestrutura, meio ambiente e agricultura deveria que ter uma pessoa



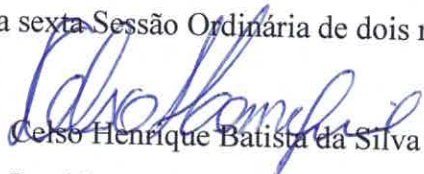
responsável para trabalhar, pois se há um maquinário do FHETAB trabalhando ele não pode entrar na propriedade do produtor, sendo que está trabalhando com recursos públicos, descartando assim a possibilidade dele se retirar sem atender o produtor que muitas vezes precisam de uma recuperação de estrada curta, são entraves que falta diálogo muitas vezes, visando a economia para o município. Vereador Zilmar solicita uma parte que é lhe é concedido que menciona a situação dos maquinários dos municípios, e conforme o Secretário Paloschi mencionou que se forem atender as vicinais não vão conseguir chegar ao final da linha, outra situação séria se os servidores ficassem no local para dar continuidade aos serviços seria bom como há algum tempo atrás, mas atualmente eles querem receber horas extras, sendo que a prefeitura não tem condições de pagar, a situação é crítica, em seguida vereador Silvio menciona que tá na hora de cobrar o Executivo agilidade nas prestações de serviços e parar de comparar a gestão passada devassada. O pedido em regime de urgência urgentíssima é posto em votação e aprovado por unanimidade, uma vez aprovado o Presidente consulta o Plenário se dispensa o parecer das Comissões competentes, aprovada a dispensa o Projeto de Lei Municipal nº. 100/2017 é posto em votação, sendo aprovado por unanimidade. O Presidente solicita ao Senhor Secretário que proceda a leitura da mensagem Justificativa do **Projeto de Lei Municipal nº. 101/2017 “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A TRANSFERIR RECURSOS PARA A ASSOCIAÇÃO DOS ACADÊMICOS DE GUARANTÃ DO NORTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**. Lido, é posto em discussão é concedido a palavra a vereadora Kátia que solicita votação em regime de urgência urgentíssima para que o Poder Executivo consiga fazer a transferências dos recursos, sendo uma solicitação dos vereadores David e Silvio, em seguida vereador David agradece a essa Casa de Leis e o Executivo amparando assim aos acadêmicos até o ano vindouro que faz deslocamento até Colíder para estudarem. Vereador Silvio por sua vez ressalta sobre a importância do projeto dando condições aos acadêmicos evitando que os próximos como alguns que trancarem as matrículas devido à falta de recursos. Presidente reforça a solicitação para aprovação do referido projeto. O pedido em regime de urgência urgentíssima é posto em votação e aprovado por unanimidade, uma vez aprovado o Presidente consulta o Plenário se dispensa o parecer das Comissões competentes, aprovada a dispensa o Projeto de Lei Municipal nº. 101/2017 é posto em votação, sendo aprovado por unanimidade. O Presidente solicita ao Senhor Secretário que proceda a leitura da mensagem Justificativa do **Projeto de Lei Municipal nº. 102/2017 “DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**. Lido, posto em discussão é concedido a palavra a vereadora Kátia que solicita apoio dos vereadores para votação em regime de urgência urgentíssima conforme mensagem justificativa do referido projeto. O pedido em regime de urgência urgentíssima é posto em votação e aprovado por unanimidade, uma vez aprovado o Presidente consulta o Plenário se dispensa o parecer das Comissões competentes, aprovada a dispensa o Projeto de Lei Municipal nº. 102/2017 é posto em votação, sendo





aprovado por unanimidade. O Presidente solicita ao Senhor Secretário que proceda a leitura da mensagem Justificativa do **Projeto de Lei Municipal nº. 103/2017 “DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”** Lido, posto em discussão, é concedida a palavra a vereadora Kátia que solicita apoio para votação em regime de urgência urgentíssima pois visa a suplementação das dotações orçamentárias e anulações das demais que não foram utilizadas. O pedido em regime de urgência urgentíssima é posto em votação e aprovado por unanimidade, uma vez aprovado o Presidente consulta o Plenário se dispensa o parecer das Comissões competentes, aprovada a dispensa o Projeto de Lei Municipal nº. 103/2017 é posto em votação, sendo aprovado por unanimidade. O Presidente solicita ao Senhor Secretário que proceda a leitura da mensagem justificativa do **Projeto de Lei Municipal nº. 104/2017 “DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**. Lido, posto em discussão, é concedido a palavra a vereadora Kátia que solicita apoio para votação em regime de urgência urgentíssima, ressalta sobre a dotação da secretaria de educação que conforme acompanhamento pelo portal da transparência os recursos do FUNDEB vem sendo repassado com defasagem desde de janeiro de aproximadamente de trezentos mil a menos a cada mês, e considerado as propagandas do governo estadual que está arrecadando, federal está repassando, então fica a indagação que possivelmente está ocorrendo uma camuflagem do governo estadual. Na sequência vereador Silvio que reforça a solicitação em votação em regime de urgência urgentíssima, solicitando aos vereadores que se atentem a parte interna dos servidores públicos, menciona ainda sobre a preocupação do hospital de Peixoto, que poderá acarretar Guarantã do Norte. Em seguida vereadora Edileusa solicita apoio para votação em regime de urgência urgentíssima, mencionando sobre a preocupação com a situação do hospital de Peixoto, que suspendeu todos os procedimentos cirúrgicos, vereadora ressalta sobre a importância de realizar manifestação, cobrar do governador o repasse da saúde tanto para o município de Guarantã como para Regional de Peixoto. Na continuidade vereador Valter menciona que o governador está omissos há vários repasses, e fala sobre a importância em realizar manifestação cobrando do governo os devidos repasses. Presidente reforça solicitação em votação de urgência urgentíssima, e menciona sobre sua contrariedade na terceirização. Vereador Alexandre reforça sobre a importância em fazer uma mobilização juntamente com as câmaras que compõem a região, oficializando os presidentes para em reunião se deslocarem a capital para cobrar do governo os repasses em todos os segmentos. Vereador Zilmar, reforça a fala dos nobres vereadores que o antecederam e menciona sobre o programa MAC que o município de Guarantã até o momento não recebeu recursos, frisa sobre a mobilização de todos os vereadores se unirem e buscarem soluções quanto a situação crítica do governo do estado. O pedido em regime de urgência urgentíssima é posto em votação e aprovado por unanimidade, uma vez aprovado o Presidente consulta o Plenário se dispensa o parecer das Comissões competentes, aprovada a dispensa o Projeto de Lei Municipal





nº. 104/2017 é posto em votação, sendo aprovado por unanimidade. O presidente solicita aos nobres vereadores que permaneçam na casa para uma reunião referente ao Regimento Interno, logo após as entrevistas. Não havendo mais nada a tratar o Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a décima sexta Sessão Ordinária de dois mil e dezessete, às nove horas e cinquenta e três minutos.

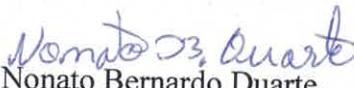
  
Celso Henrique Batista da Silva  
Presidente


  
Valter Neves de Moura (Valter do Sindicato)  
Vice-Presidente

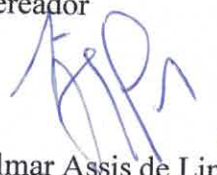
  
Silvio Dutra da Silva  
2º Secretário


  
Alexandre Rodrigo Ribeiro Vieira (Irmão Alexandre)  
Vereador

  
Katia Brambilla  
Vereadora

  
Nonato Bernardo Duarte  
Vereador

  
David Marques Silva  
Vereador

  
Zilmar Assis de Lima  
Vereador

  
Edileusa Oliveira Ribeiro  
Vereadora